

As práticas higienistas no Rio de Janeiro do início do século XX através das crônicas de Lima Barreto

FERNANDO PISONI ZANAGA *

RESUMO: Com a passagem para a modernidade e suas novas formas de governo, o exercício do poder muda. Conforme indicado por Foucault (2014a), o poder passa a ser exercido de maneira mais difusa e há uma preocupação e um controle maior sobre os corpos; a dimensão biológica é fortalecida. Concomitantemente, também surgiam as teorias racistas modernas. O Brasil vivia a Primeira República, e a elite buscava conduzir um processo modernizador transplantando ideias europeias. Porém, as ideias racistas inviabilizariam a modernização desejada. Como solução, recorre-se ao higienismo. Este artigo pretende identificar as práticas higienistas através das crônicas de Lima Barreto e demonstrar como essas práticas foram aplicadas e quais setores da população foram mais afetados.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo; Higiene; Lima Barreto; Michael Foucault; Racismo.

ABSTRACT: With the advent of modernity and its new forms of government, the exercise of power has changed. As stated by Foucault (2014a), power starts to be used more diffusely and there is greater concern and control of bodies; the biological dimension is strengthened. At the same time, the modern racial theories emerged. Brazil was in the First Brazilian Republic, and the elite was trying to import European ideas to modernise the country. However, those racist ideas would make modernization impossible. To sort that out, the elite resorts to hygienism. This article intends to identify the hygienist practises through Lima Barreto's chronicles and show how these practises were applied and which sections of the population were mostly affected.

KEYWORDS: Body; Hygiene; Lima Barreto; Michael Foucault; Racism.

* Mestre em Teoria e História Literária – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária – Universidade de Campinas – Unicamp – 13083-859 – Campinas – SP – Brasil. E-mail: fernando.zanaga@gmail.com

Introdução

O Brasil passou por grandes mudanças na passagem do século XIX para o XX: a escravidão foi extinta, recorreu-se ao trabalho livre e à imigração europeia; a monarquia foi substituída por uma república e uma nova elite passa a dominar o Estado.

Foucault (2019) destaca que diferentemente das monarquias, onde há um princípio – o corpo do rei –, nas repúblicas o corpo da sociedade vai se tornar este princípio. Ao invés dos rituais, dos suplícios dos condenados, nos quais o corpo do rei seria restaurado, nas repúblicas ocorreriam práticas de controle, de normalização, e de desenvolvimento de técnicas e de políticas para o corpo da sociedade. Ocorre uma mudança sobre a posse dos corpos quando muda-se o regime: nas monarquias absolutistas, o corpo do condenado era apropriado pelo rei, e sobre este corpo o monarca estampava sua marca e aplicava seu poder soberano; nos regimes modernos, o corpo “será antes um bem social, objeto de apropriação coletiva e útil.” (FOUCAULT, 2014b, p. 107).

A partir do século XVIII, na Europa, os corpos passam a ser tratados como objetos coletivos, como um bem social; passam a ser alvos de novas políticas que visavam o controle da vida. Há o desenvolvimento de técnicas para se controlar esses corpos e essas vidas. Estas técnicas operariam, segundo Foucault (2014a, p. 152), como: “fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia [...]”.

O desenvolvimento e a aplicação de técnicas que visavam o corpo identificados por Foucault (2014a, 2014b, 2019) no contexto europeu, também se fizeram presentes no Brasil do final do século XIX e início do XX. A elite republicana busca deixar para trás o que considera marcas de um Brasil arcaico e colonial e procura construir a imagem de um novo país e, junto a essa nova imagem, constituir um novo corpo para sociedade nacional. Para formar esta nova imagem e este novo corpo, a elite brasileira volta-se para a Europa e toma como modelo o estilo de vida cosmopolita de Paris e de Londres.

As normas, condutas, controles e vigilância sobre o corpo, característicos da modernidade, que de acordo com Foucault (2014a) emergiram na Europa nos estertores dos regimes monárquicos, e também gestaram e deram forma ao racismo moderno, de face estatal e biológica, foram transplantados para o Brasil pela recém empossada elite republicana. Este artigo pretende analisar como, a partir das contribuições à imprensa do escritor carioca Lima Barreto, especialmente nas crônicas, podemos identificar de que forma as novas técnicas de controle sobre os corpos foram aplicadas no Brasil e de que maneira Lima Barreto denunciava sua presença no cotidiano da população do Rio de Janeiro e destacava como essas novas normas e condutas apresentavam um caráter racista e classista, pois agiam especialmente sobre os negros e os pobres.

O racismo moderno

Em *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, Foucault (2014a) vai acumulando evidências que o sexo vai se tornando uma preocupação dos estados europeus ao longo do século XVIII. Neste período, a população passa a ser tratada sob o viés político e econômico, com a observação de fenômenos e a criação de variáveis específicas como taxa de mortalidade, taxa de natalidade, expectativa de vida, taxa de fecundidade etc. No centro deste enquadramento da população como um problema político-econômico localizava-se o sexo.

De acordo com Foucault (2014a, p. 30), a maneira como cada indivíduo usa seu sexo passa a ser objeto de análise e alvo de intervenção por parte do Estado: “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”.

Para Foucault (2014a), em fins do século XVIII, a tecnologia do sexo vai se ordenar em torno da medicina, da normalização. Ao invés do castigo eterno e da morte – os dois aspectos pelos quais o sexo era tradicionalmente examinado - o sexo passa a ser analisado como pertinente aos campos da vida e da doença. O sexo emerge como uma questão biológica.

Em seguida, a questão da hereditariedade é colocada ao sexo sob o prisma da “responsabilidade biológica” para com a espécie humana: caso não houvesse um controle sobre o sexo, as gerações futuras poderiam ser maculadas com doenças de toda sorte.

Na mesma época [na passagem do século XVIII para o XIX], a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de “responsabilidade biológica” com relação à espécie; não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. (FOUCAULT, 2014a, p. 128).

O enfoque biológico do sexo logo atinge a esfera sócio-política. O sexo, a reprodução e a hereditariedade tornaram-se objetos de estudo, de análise e de regulamentação por parte do Estado. A responsabilidade biológica com as gerações futuras resulta em projetos político-médicos gerenciados pelo Estado, de forma a organizar e administrar o sexo e a fecundidade – surgem, por exemplo, os registros civis de casamentos e de nascimentos (FOUCAULT, 2014a, p. 128).

Para Foucault (2010), um dos aspectos definidores do século XIX foi a “estatização do biológico”. No contexto da formação das grandes cidades na Europa, teria ocorrido o nascimento da biopolítica com a instituição “de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 204). A população, como um problema político-biológico, passa a ser quantificada, compartimentalizada. Busca-se controlar a vida e também o seu reverso – a doença e a morte. Assim, surge uma medicina que terá:

a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 2010, p. 205).

A nova medicina e as novas tecnologias (tecnologia abrangendo o aspecto disciplinar – definindo um padrão de normalização, sendo este normal o único admissível) foram amplamente divulgadas por todo o corpo social através da psiquiatria, da jurisprudência, da medicina legal e das instâncias de controle social.

Foucault (2010) identifica o aparecimento na Europa do discurso da luta das raças no século XVII, que é retomado e modificado séculos depois. Neste segundo momento, as raças são apresentadas sob um prisma biológico; o embate entre as raças se daria no campo da pureza racial, na preservação do patrimônio biológico de uma raça superior, “verdadeira”. Formula-se:

o discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa mesma norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico. E vamos ver, nesse momento, todos os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade. (FOUCAULT, 2010, p. 52).

A biopolítica e o biopoder inserem o racismo nos mecanismos de Estado. O racismo se torna um instrumento estatal de exercício do poder (FOUCAULT, 2010, p. 214). Neste momento, teria surgido um racismo de Estado que, servindo ao conservadorismo social, será caracterizado por práticas racistas que “uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos”, buscando uma “purificação permanente” a serviço da normalização social (FOUCAULT, 2010, p. 52-53). Dentro do arcabouço teórico do racismo, na segunda metade do século XIX, foram elaborados a teoria da degenerescência e os programas de eugenia.

O conceito de degeneração foi desenvolvido pelo filósofo holandês Cornelius de Pauw no século XVIII, e descreveria um desvio patológico da espécie original. Já no começo do XIX, o político e zoólogo francês Georges Cuvier utiliza o termo raça para grupos humanos e propõe que a transmissão de traços físicos ocorre de forma permanente entre os grupos humanos (SCHWARCZ, 2017, p. 62-63).

Após a publicação *A Origem das Espécies* de Charles Darwin em 1859, cientistas e pensadores europeus passam a formular novas teorias das raças. Nestas teorias, diversos grupos humanos eram hierarquizados segundo critérios voláteis. Contudo, tais teorias tinham dois pontos em comum: primeiro, os brancos europeus ocupavam o topo da pirâmide de classificação racial; segundo, as “raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro.” (SCHWARCZ,

2017, p. 78). Por conseguinte, há grande aceitação do pressuposto da superioridade dos tipos e raças puras, e que qualquer cruzamento entre raças diferentes, a mestiçagem, resultaria, obrigatoriamente, em degeneração.

Portanto, no final do século XIX, muitos cientistas e pensadores passam a aplicar o conceito de “degeneração da raça”. Esta degeneração, resultado da mistura entre espécies humanas diferentes, produziria raças, povos e nações (muitos autores do período utilizam nação e raça como termos equivalentes) débeis e incapazes. De acordo com estes cientistas, sociedades “compostas por sub-raças mestiças” não conseguiriam progredir e alcançar o grau de desenvolvimento das nações europeias. Assim, sociedades compostas por grupos de mestiços e por grupos de raças consideradas não “civilizáveis” estariam fadadas ao fracasso (SCHWARCZ, 2017, p. 83).

Os programas de eugenia, termo criado pelo cientista inglês Francis Galton a partir do grego *eugen-s*, “bem nascido”, são criados na Europa durante a década de 1880. Esses programas buscavam intervir na reprodução humana visando o controle das populações. Para Stepan (2005), os programas de eugenia atuavam no campo social, encorajando uniões entre certos grupos e desencorajando uniões que consideravam nocivas à sociedade, objetivando “nascimentos desejáveis e controlados”. Tais programas defendiam o “aprimoramento” da raça humana por meio da preservação de uma suposta “pureza” de determinados grupos humanos (STEPAN, 2005, p. 9).

Este era o panorama europeu nas questões pertinentes aos corpos e às raças no final do século XIX. No Brasil, a elite republicana importa ideias e conceitos sobre racismo científico, degenerescência e eugenia. As teorias racistas serviam para escalonar a população brasileira e justificar a dominação das elites sobre as massas pobres e negras, finalmente livres do estatuto de escravidão. Como observa Guimarães (2009, p. 49), “A condição de pobreza dos pretos e mestiços, assim como, anteriormente, a condição servil dos escravos, era tomada como marca de inferioridade”.

Contudo, a elite brasileira e os intelectuais (intimamente ligados à elite) acabaram por se colocar numa situação delicada: ao defenderem as ideias de hierarquia racial, da superioridade do branco sobre o negro, da incapacidade de povos não brancos de desenvolverem um país, como lidar com a enorme população de afrodescendentes e ainda considerar o Brasil como um candidato a figurar no rol dos países desenvolvidos? Em outras palavras: por um lado, as ideias racistas justificavam a dominação social da elite, por outro, inviabilizavam o futuro do país.

A seguir, veremos como a elite brasileira procurou conciliar dois polos, que na visão dela, seriam irreconciliáveis: negros e mestiços e a modernidade.

A solução: higienizar

A elite brasileira encontrava-se em um impasse: ao adotar as teorias racistas europeias - em conjunto com os pressupostos de hierarquia racial e de degeneração - justificava sua primazia na sociedade brasileira, porém condenaria o Brasil a nunca atingir o grau de desenvolvimento desejado.

A intelectualidade brasileira, do final do século XIX e início do século XX, tenta harmonizar o racismo científico com o dado concreto da existência de uma enorme população negra e miscigenada no Brasil. Logo, intelectuais brasileiros ligados à Faculdade de Medicina da Bahia e à Faculdade de Direito do Recife passam a contestar a tese de que a mistura entre raças resultaria, invariavelmente, em degeneração. Desenvolveram a ideia de que a miscigenação teria sido a única solução para que a colonização europeia nos trópicos prosperasse. Silvio Romero, um expoente da intelectualidade da época, defendia a primazia da raça branca no processo civilizatório. Porém, conforme ressalta Schwarcz (2017), o intelectual considerava a miscigenação como necessária para a “vitória do branco no país”.

O historiador Thomas Skidmore (1976, p. 60) observa que a sociedade multirracial, estabelecida no Brasil desde a colonização europeia, sempre posicionou o branco europeu como razão áurea: “O europeu branco representava a ‘imagem normativa somática’ ideal [...] Os brasileiros em geral tinham o *mais* branco por *melhor* [...]”.

Nas teorias raciais defendidas no Brasil, a miscigenação não seria um fenômeno totalmente negativo, pois teria possibilitado o estabelecimento de uma “civilização” nos trópicos, ou seja, teria sido um “mal necessário”. Apesar da mistura racial gerar populações inferiores, principalmente quando comparadas às populações estritamente brancas, o sangue negro da população brasileira - o fator de degeneração - poderia ser “curado” e “depurado”, por meio da adoção de políticas como o branqueamento e de projetos higienistas.

Esta é a particularidade das teorias raciais desenvolvidas no Brasil em fins do século XIX e início do século XX: “a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Desta maneira, partindo das teorias raciais europeias, adaptando-as e modificando-as à realidade brasileira, a intelectualidade brasileira conseguiu solucionar o nó górdio da questão racial: desenvolveu teorias e ideias que ainda mantinham a hierarquia racial, justificando o domínio social da elite, enquanto formula hipóteses e práticas que viabilizariam a civilização brasileira.

Dentre as soluções, destacam-se as políticas de branqueamento adotadas pelos governos brasileiros durante o século XIX e o século XX. Por meio de programas de incentivo, seria estimulada a imigração de europeus. Esse fluxo de populações brancas, somado ao natural pendor da população nacional à miscigenação, resultaria na incorporação das qualidades civilizatórias do sangue branco e, dentro de algumas gerações, o Brasil seria um país predominantemente branco. Desta maneira, o Brasil estaria habilitado a figurar no panteão dos países civilizados (SCHWARCZ, 2017, p. 122).

Este artigo não abordará o branqueamento, mas destacará outra solução para o problema racial brasileiro: as práticas e técnicas médico-higienistas. Como descrito acima, as teorias raciais desenvolvidas no Brasil apresentavam algumas especificidades: os brasileiros *estariam* (ou seja, não *seriam* – a remissão seria possível) *degenerados*. Esta degeneração não seria causada *apenas* pela miscigenação, mas seria motivada, em grande parte, pela *falta de higiene*. Consequentemente, os corpos brasileiros, se tratados seguindo orientações e regulamentos

médicos, poderiam ser recuperados, tornando-os mais aptos à civilização e à modernidade. À medicina cabia restaurar o corpo do brasileiro - deveria se corrigir a natureza e aperfeiçoar o povo com o uso da higiene.

Esse projeto desenvolvido no Brasil foi reflexo do que aconteceu na Europa. Conforme destaca Foucault (2014a), no final do século XIX, a medicina adquire protagonismo e passa a exercer poder sobre o corpo, definindo regras, normas, padrões, políticas públicas, prometendo uma depuração:

[a medicina] arvora-se em instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temores da assepsia, os grandes mitos evolucionistas às modernas instituições da saúde pública, pretendia assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas. (FOUCAULT, 2014a, p. 60).

Conforme observado por Foucault (2014a), a saúde pública havia se tornado um objeto político. O mesmo ocorreu no Brasil. Os médicos brasileiros assumiram a missão de tornar a população brasileira mais saudável, mais forte; reduziriam as altas taxas de contágio, de mortalidade; enfim, a medicina brasileira transformaria o corpo nacional, tornando-o mais capaz.

Não é mera coincidência que, no início do século XX, iniciam-se grandes campanhas sanitárias, a vacinação torna-se obrigatória, são realizadas reformas urbanas com o objetivo de tornar as cidades brasileiras, em especial a capital federal, mais saudáveis e menos pestilentas. Neste contexto, distinguem-se os médicos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, defensores de uma prática médica intervencionista na sociedade.

A seguir, a partir das crônicas do escritor carioca Lima Barreto, analisaremos, fazendo uso do arcabouço teórico fornecido por Michel Foucault, as formas pelas quais o Estado e os médicos higienistas atuaram sobre os corpos da população do Rio de Janeiro (especialmente sobre os corpos negros e pobres) nas primeiras décadas do século XX, em nome da saúde, da higiene, da raça e do futuro do Brasil.

Lima Barreto e os higienistas

Lima Barreto destaca-se nas letras brasileiras por ter sido o primeiro escritor a se reconhecer negro. Sua identidade negra lhe permitiu desenvolver um olhar diferente dos escritores contemporâneos (em sua maioria brancos). Lima Barreto construiu “uma literatura que se pretende negra, suburbana e pobre.” (SCHWARCZ, 2010, p. 27).

Lima Barreto foi crítico da literatura produzida em seu tempo, considerando-a reles exercícios estéticos. De acordo com Prado (1989), Lima Barreto considerava que o literato deveria se posicionar a respeito das questões proeminentes de seu tempo. Sevchenko (2003) realça que a literatura produzida no período inicial do regime republicano agiria como um importante instrumento de propaganda intelectual e buscaria intervir nos valores sociais vigentes.

Em uma das primeiras crônicas de Lima Barreto (2004, v.1), *Vendo a Brigada Stegomya*, publicada no dia 9 de julho de 1903 no jornal humorístico Tagarela, o escritor destaca a impressão que os funcionários da Diretoria de Saúde lhe causaram. De acordo com Lima Barreto (2004, v.1), os funcionários, muito provavelmente integrantes das brigadas mata-mosquitos, desfilavam pelas ruas da capital federal orgulhosos, como se fossem guerreiros gregos vitoriosos na batalha de Maratona ou Aquiles após derrotar Heitor aos portões de Tróia. As brigadas passaram a ser empregadas naquele ano como parte do esforço no combate à febre amarela que há muito grassava no Rio de Janeiro. Essa medida foi adotada pelo recém empossado Diretor-Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz. Na procissão descrita por Lima Barreto, Oswaldo Cruz, apelidado pelos jornais da época como “general mata-mosquito”, ocupava posição de destaque. O escritor não deixa de tecer o seguinte comentário a respeito do Diretor-Geral - “Era como um Napoleão vencedor dos mosquitos, parecia um Alexandre que viesse de esmagar pernilongos em Arbelles” (LIMA BARRETO, 2004, v. 1, p. 63).

Pouco mais de um ano após a publicação da crônica acima, aquelas mesmas ruas do Rio de Janeiro, que presenciaram a passagem das brigadas mata-mosquitos e de Oswaldo Cruz, foram palco da Revolta da Vacina: durante 8 dias do mês de novembro de 1904, a população carioca tomou as ruas em protesto contra a vacinação obrigatória e contra a truculência com que as autoridades agiam na execução de políticas públicas.

O movimento médico sanitarista realizado no Brasil, máxime na capital federal, assemelha-se à criação dos sistemas de *health service* e dos *health officers* na Inglaterra em fins do século XIX descritos por Foucault (2019). O sistema de saúde inglês teria como funções: controlar a vacinação, inclusive impondo regulamentos de obrigatoriedade (assim como no Brasil); registrar e quantificar as doenças; obter os dados de quais regiões e quais grupos sociais eram acometidos por quais enfermidades; identificar e destruir locais insalubres.

Em nome da higiene, processo semelhante ocorreu no Brasil. Foi o período das reformas urbanas, em que casas, escolas, hospitais e a região central do Rio de Janeiro foram “readequadas” de acordo com os preceitos da higiene. As classes mais abastadas receberam novos bairros “higienizados”. As populações mais pobres sofreram com o infame “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos quando grandes casarões coloniais e cortiços foram destruídos no centro da capital federal. Além disso, as reformas urbanas resultaram no arrasamento, em nome da higiene, do Morro do Senado e também do Morro do Castelo. Como resultado destas ações, milhares de pessoas – as mais pobres – foram desalojadas e expulsas da região central e acabaram por ocupar os subúrbios e os morros cariocas.

Voltando à Europa, Foucault (2019) relata que o controle médico suscitou pequenas insurreições antimédicas na Inglaterra na segunda metade do XIX (novamente, podemos traçar paralelos com o Brasil do século XX, com a Revolta da Vacina já mencionada acima).

Esse novo projeto médico é também marcado por uma mudança na perspectiva que se tinha das doenças: antes as morbidades eram tratadas como casos individuais; agora as doenças se tornaram um fenômeno de população, um problema de Estado. Assim, é criada uma medicina focada na higiene pública (FOUCAULT, 2010).

Assinalado o momento em que a medicina passa a se preocupar mais ostensivamente

com as classes populares, coloca-se a questão dos motivos responsáveis pelo surgimento de uma medicina que não só se prestava a tratar aqueles que podiam pagar, mas que também fornecia um tratamento gratuito (mesmo que limitado e controlado) aos mais humildes.

Foucault (2019) identifica motivações econômicas para justificar esse controle da saúde e do corpo das classes populares que se tornariam mais aptas ao trabalho. Além disso, é possível remeter ao ideal dos corpos dóceis explicitado por Foucault (2014b, p. 134) em *Vigiar e punir*: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Ademais, ao se assegurar a saúde dos mais pobres, especialmente nos meios urbanos, assegura-se a saúde dos ricos - garantindo que os ricos não seriam “vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.” (FOUCAULT, 2019, p. 167).

Lima Barreto (2004, v.2) também ressalta a preocupação da elite com seu próprio bem estar na crônica *Leitura de jornais*, publicada na revista *Careta* de 19 de março de 1921. Após descrever a penúria das habitações nos morros cariocas (as moradias eram construídas a partir de folhas de latas de gasolina, de ripas de caixas de batatas etc.), ressalta que os dirigentes brasileiros, de “divina origem”, não poderiam se aborrecer com preocupações mundanas, como o estado lamentável das habitações dos desafortunados. Contudo, ressalta o escritor, em caso de epidemias, o povo, abandonado à própria sorte, é rapidamente lembrado pelos governantes e passa a ser alvo de ações enérgicas, não por uma preocupação com a saúde deste povo, mas sim para preservar a própria elite governante. Lima Barreto ironiza:

Não seria possível que o sultão de Mossul fosse se preocupar com casas para o seu povo; mas quando a bexiga irrompe, sabe ele da existência de uma plebe necessitada na sua capital, e, então, manda-a vacinar a toda pressa, sob pena de cortar a cabeça os recalcitrantes, com medo que a difusão da peste venha enfeiar as sultanas do seu mimo. (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 338-339).

A cidade de Mossul seria o próprio Rio de Janeiro; e o sultão, a elite.

Em *Os tais higienistas*, publicada na revista *Careta* em 4 de dezembro de 1920, Lima Barreto (2004, v.2) ataca a maneira como a medicina age sobre as populações mais pobres. Seria uma prática médica baseada em regulamentos, em opressão, em violência; uma medicina que não enxergaria os problemas sociais que propiciam o desenvolvimento de doenças. Esta crônica é endereçada a Carlos Chagas, então diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, “o mais alto representante da presunção médica”:

Ele [Carlos Chagas] julga que, se há tuberculose, é porque não se decreta tal e qual lei e não se põe a sua execução nas mãos dele e dos seus colegas; se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não constrói fossos sépticos nos fundos do seu “tijupar”[...]. (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 237).

Adiante, o cronista ironiza a presunção médica: “Todos os males da humanidade estariam curados se ela fosse governada por ditadores médicos, auxiliares acadêmicos, mata-mosquitos, etc., etc.” (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 237). Para Lima Barreto, os minuciosos

regulamentos e leis expedidos pelos médicos higienistas, que deveriam normalizar os menores atos da vida doméstica dos mais humildes, também deveriam garantir as mínimas condições (como alimentação e moradia) para o desenvolvimento de uma vida saudável desta parcela da população: “Sua Excelência antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar suas exigências.” (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 237).

A crítica que encerra a crônica *Os tais higienistas* é levada ao paroxismo *Em o motivo da zanga*, publicada na Careta em 5 de março de 1921. Lima Barreto (2004, v.2) apresenta uma história narrada pelo soldado raso Sebastião, que junto de seu batalhão foi enviado para conter uma revolta no interior do Brasil durante a Primeira República. Após uma série de combates, avanços e recuos burlescos, os soldados, em marcha há dias, esfarrapados, famintos e sedentos encontraram um charco de águas esverdeadas e fétidas:

Atiramo-nos à água podre, para bebê-la. Nisto, aproxima-se o médico que era o doutor Carlos Chagas.

Ele se dirigiu a mim:

- Não bebas essa água, Sebastião...

-Por que, doutor? – fiz eu, parando.

-Porque ela tem bacilos do tifo, da disenteria, da...

-O doutor me dá água mais pura? – perguntei.

-Não, porque não posso.

-Pois então, meu caro doutor, bebo dela mesmo. (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 327).

Esta crônica ilustra como a intervenção médica não era acompanhada de benfeitorias para a população carente.

A truculência e a violência, através das quais os regulamentos médicos são impostos sobre as populações mais pobres, são temas recorrentes nas crônicas de Lima Barreto. Sob o pseudônimo Jonathan, o escritor publicou *Escola Normal* na Careta de 8 de janeiro de 1921, e fez a seguinte observação:

[...] o Teófilo Torres e o Chagas a nos quererem dar saúde com multas, prisão e gritaria de feitor de fazenda. Não é para a violência que eles apelam? O viático para a nossa salvação, segundo as concepções modernas, é o chicote, o chanfalho e o xadrez. (LIMA BARRETO, 2016, p. 132).

A passagem acima demonstra que Lima Barreto, ao escolher os substantivos feitor e chicote, conecta os higienistas à violência cometida contra os negros durante o regime escravista. O escritor destaca também a ferocidade com que os alvos preferidos dos higienistas são tratados: com prisão, chanfalho e xadrez.

A *túnica de Néssus das leis*, publicada no periódico A.B.C. em 6 de agosto de 1921, reúne críticas tanto à violência quanto à falta de interesse do Estado em fornecer condições básicas para melhorar a saúde da população. Acuadas pelas expulsões decorrentes das reformas urbanas e do aumento nos aluguéis, as famílias mais pobres eram obrigadas a morar apertadas

em casebres minúsculos, sem circulação de ar, sem luz etc. Lima Barreto ressalta os efeitos das moradias precárias:

Que acontece? Chegam-lhe as moléstias: a tuberculose, a bexiga, etc., etc. O governo então acode na pessoa de um doutor solene [...] e levam a família para o hospital, num carro fechado, que mais parece um cárcere que um veículo. (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 399-400).

A solução via encarceramento, via exclusão do convívio social descrita por Lima Barreto seria, de acordo com Foucault (2010), característica da nova configuração e aplicação do poder estatal na modernidade. O poder deste Estado de tirar a vida, não se resume só ao assassinato, mas também consiste em: “expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 216).

Em *Os médicos e o espírita*, publicada no periódico A.B.C. de 19 de março de 1921, Lima Barreto (2004, v.2) comenta a notícia de que a Saúde Pública teria multado um médium espírita pela prescrição de remédios homeopáticos. Partindo deste acontecimento, o escritor passa a atacar a medicina e os médicos brasileiros. Primeiramente, caracteriza os médicos como incapazes de enxergarem outras disciplinas, outras áreas do conhecimento além da própria, seriam, inclusive, “estreitos intelectualmente”.

Em seguida, ironiza a perfeição da medicina e a vontade de tudo abarcar: “A medicina é importante atividade intelectual, mas não é a única importante e não chegou a tal ponto de perfeição que os médicos tenham na cabeça ou nos livros as leis que regem as moléstias e a sua cura e a organização do Universo.” (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 334).

A área médica ganha importância e poder na modernidade, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Foucault (2014a) destaca como a medicina se torna a responsável por organizar, intervir, normalizar os corpos dos cidadãos, e conseqüentemente, ordenar a vida em sociedade.

Lima Barreto identifica e critica o que ele considera um poder excessivo da medicina na vida cotidiana dos brasileiros, uma onipresença que busca a normalização da população:

Os médicos não querem saber disso e se arrogam ou se quiseram arrogar o direito de dirigir os engenheiros encarregados de obras de saneamento, de dirigir os políticos no governo dos povos, de substituir as mães no acalentar os filhos, de vetar o amor dos sexos com o auxílio da duvidosa reação de Wasserman, etc., etc. (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 334).

O escritor carioca chega a considerar que esse poder excessivo nas mãos dos médicos estaria criando uma “mediocracia” no Brasil.

Outro ponto ressaltado por Lima Barreto (2004, v.2) é que, em sua visão, os códigos e regulamentos expedidos pelos órgãos de saúde pública “só visam os pobres, os desgraçados e os sem proteção.” Além disso, quando se aplicam os regulamentos: “principalmente [a]os miseráveis, todo o rigor é pouco, é preciso mesmo o vexame e a brutalidade; mas, para os

fartos, especialmente os médicos notáveis, não há necessidade de energias despóticas [...].” (LIMA BARRETO, 2004, v.2, p. 335).

Décadas depois, a historiadora Nancy Stepan (2005) confirma o posicionamento Lima Barreto. Ela afirma que os negros e os mestiços (formadores da base da pirâmide sócio-racial brasileira) eram os objetos preferidos dos higienistas. Também observa que os preceitos da higiene foram utilizados no Brasil para justificar as desigualdades sociais, pois “os pobres eram pobres porque eram anti-higiênicos, sujos, ignorantes e hereditariamente inadequados.” (STEPAN, 2005, p. 47).

Dessa maneira, podemos traçar outro paralelo entre as práticas dos Estados modernos descritos por Foucault (2014b) e as práticas do Estado brasileiro no início do século XX. O filósofo francês também destaca que os alvos preferidos das instituições penais e disciplinares seriam provenientes das classes miseráveis, encontrados na ‘raça abastardada’. O mesmo pode ser observado nas crônicas de Lima Barreto apresentadas acima, e também na pesquisa de Stepan (2005) que constatam que regulamentos e leis são aplicados com mais ênfase e mais vigor sobre os mais pobres, não acidentalmente, em sua maioria negros.

Considerações finais

Na passagem do *Ancien Régime* para as sociedades modernas, Foucault (2014a) descreve as mudanças que ocorreram no exercício do poder. Enquanto no absolutismo o soberano tinha o direito de causar a morte ou deixar viver, nas sociedades modernas agiria o direito de causar a vida ou devolver à morte, já que agora a função do poder é gerir a vida - o poder busca sujeitar e controlar o corpo desde o nascimento até o instante da morte, quando o corpo foge ao domínio do poder. Foucault (2014a) ressalta que a mudança entre estes dois regimes assinalou a passagem de uma *simbólica do sangue* (baseada nos princípios da morte, da transgressão do simbólico e da soberania) para uma *analítica da sexualidade* (pautada pela norma, pela vida, pelo saber, pelas disciplinas). Os procedimentos de poder nas sociedades modernas “funcionam não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos.” (FOUCAULT, 2014a, p. 98).

Neste contexto, emergem a norma e a normalização – com a massificação de grandes instituições disciplinares como as escolas, as prisões, os hospícios e a emergência de uma nova medicina. Agora cada indivíduo possui marcas (como notas escolares, prontuários médicos) que determinam a normalidade, que determinam a filiação a um corpo social homogêneo, ao mesmo tempo que classificam e hierarquizam (FOUCAULT, 2014b).

Esta preocupação com o corpo é acompanhada pelo biopoder e pelo discurso racista, baseada na defesa da sociedade, do corpo da sociedade, contra os perigos biológicos de uma outra raça, uma “sub-raça”, uma “contrarraça” (FOUCAULT, 2010, p. 52). Assim, foram criadas, no século XIX, teorias de raças, o darwinismo social, a teoria da degenerescência.

O Brasil da Primeira República voltou-se para a Europa. A elite objetiva transportar as

ideias e modelos europeus para dar uma nova face ao Brasil, um país moderno à europeia. Dentre as ideias trazidas ao Brasil estão a teoria das raças e a teoria da degenerescência. No contexto europeu, tais ideias serviriam ao conservadorismo social e à dominação colonial (FOUCAULT, 2010, p. 55). Porém, caso aceitas *ipsis litteris*, tais ideias condenariam - do ponto de vista da elite - o Brasil ao eterno atraso.

Os intelectuais brasileiros então gestam uma teoria racial própria: a miscigenação teria sido um “mal necessário”, mas não resultaria em populações irremissíveis. Apesar desta evidente mudança de postura em relação às ideias desenvolvidas na Europa, as raças europeias, os corpos brancos, continuavam a ser considerados o ponto de chegada ideal.

O artigo abordou umas das formas que a elite encontrou para solucionar esse “dilema”: a adoção das técnicas médicas higienistas. O escritor carioca Lima Barreto, com as peculiaridades de sua trajetória, nomeadamente ser pobre, negro e suburbano - que o separavam do círculo literário da época, conseguiu identificar as práticas higienistas, criticá-las e demonstrar como o controle, que os agentes do Estado exerciam sobre a população, era mais vigoroso e também mais rigoroso sobre os negros e pobres. Lima Barreto denunciou este projeto baseado nos ideais higienistas que empregava a força, a violência e buscava a exclusão do elemento negro e popular. Ademais, este artigo, ao articular as ideias do filósofo francês Michel Foucault e a produção de Lima Barreto, pretendeu valorizar a produção do escritor carioca, que só recentemente passou a receber a atenção devida. Contudo, as contribuições para a imprensa de Lima Barreto ainda não foram suficientemente destacadas e estudadas. Portanto, este artigo também pretendeu valorizar a leitura das crônicas não somente como textos literários, mas também como documentos úteis à historiografia do período republicano, particularmente àquela que se dedica ao estudo das relações raciais deste período.

ZANAGA, F. P. The hygienist practices in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century through Lima Barreto’s chronicles. *Olho d’água*, São José do Rio Preto, v. 12, n. 2, p. 88-101, 2020. ISSN 2177-3807.

Referências

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Lilian Holzmeister *et al.* 10. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA BARRETO, A. H. de. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. Organização, introdução, pesquisa e notas de Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

_____. *Toda crônica: Lima Barreto*. Org. Beatriz Resende e Rachel Valença; Apresentação e notas de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1-2.

PRADO, A. A. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil república. In: LIMA BARRETO, A. H. de. *Contos completos*. Org. e Intr. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, N. L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

Recebido em: 14 ago. 2020

Aceito em: 19 out. 2020